

A CULTURA POLÍTICA DOS JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE A PASSIVIDADE DO CONSUMISMO E A REBELDIA EM BUSCA DE UMA NOVA UTOPIA

Felippe Silva Ramos*

É preciso combinar o pessimismo da razão com o otimismo da vontade

Antonio Gramsci (1891-1937)¹

RESUMO

O presente artigo traça uma breve comparação entre os contextos sócio-políticos da década de 60 do Século XX e o da contemporaneidade, a fim de verificar se realmente há uma apatia política entre os jovens dos dias atuais tal como esta opinião é difundida no senso comum. Nesse sentido, faz-se uma contextualização sócio-histórica da contemporaneidade mundial a partir de uma revisão de literatura sociológica, à qual se acrescenta algumas especulações de cunho filosófico. Objetiva-se, desse modo, demonstrar a estreita ligação entre tempo e comportamento. Não obstante, a hipótese considerada é de que os jovens mantêm uma relação diferenciada com o mundo da política, mas esta relação persiste, obviamente, sem o mesmo vigor contestatório da década de 60 – vigor este devido mais à cultura política difusa do que ao engajamento massivo dos estratos juvenis em causas revolucionárias. O artigo discute, enfim, a influência do modelo social neoliberal e do valor difuso do consumismo no modo de ver o mundo dos jovens. Conclui-se que as transformações estruturais da economia mundial e as mudanças na cultura política das sociedades, bem como no modo de ser e estar no mundo dos indivíduos, hoje, engendram, assim, uma nova relação – e um tanto quanto contraditória – da juventude com a esfera da política.

Palavras-chave: Juventude, Contemporaneidade, Cultura Política, Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

Por estarem situados em uma faixa etária entre a infância e a vida adulta, sendo marcados por conflitos, contradições e dúvidas, os jovens são frequentemente encarados de forma romântica, como portadores de uma rebeldia intrínseca, agrupada em uma virtual “cultura jovem” – termo demasiado homogeneizante. A partir desse pressuposto,

são tecidas comparações entre os jovens combativos e idealistas dos anos 60 e os jovens consumistas, apáticos e conformados da contemporaneidade. No entanto, algumas contextualizações precisam ser realizadas para apreciar-se o comportamento juvenil não a partir de considerações ontológicas, mas pela relação intrínseca entre tempo histórico e comportamentos coletivos e individuais². Daí que para Marialice Foracchi (AUGUSTO, 2005), as trajetórias possíveis são estabelecidas socialmente e cada sociedade “constitui o jovem à sua imagem”, ou seja, impõe-lhe um modo de ser que jamais poderia surgir a partir dele próprio. A sociedade cria o jovem enquanto indivíduo social e historicamente localizado.

Assim, em uma visão mais holística da realidade social, este artigo concorda com a idéia de Schmidt (2001) e entende por cultura política um conjunto de valores e formas potenciais de condutas individuais e/ou coletivas relativas à participação ou não nos processos políticos de determinada sociedade. A formação e consolidação de certa cultura política, no entanto, decorrem de um processo histórico de socialização política, no qual os indivíduos aprendem e apreendem os valores e as condutas concernentes à sua sociedade. Vale ressaltar, contudo, que a socialização política não se caracteriza pela assimilação passiva da cultura política predominante na sociedade, pois os indivíduos também são atores nesse processo, tendo a possibilidade de transformar a realidade a partir de novas concepções e atitudes.

Na atualidade, em que se registra uma transição epocal entre o capitalismo regulado pelo Estado para o capitalismo de risco – cuja ênfase social se dá mais no consumo do que na produção –, emerge uma nova cultura política hegemônica, pautada pela fragmentação das identidades e ceticismo em relação a projetos políticos de transformação social. Mas, como a assimilação desta cultura política não é passiva, emergem conflitos e novas formas de lutas sócio-políticas que diferem das respostas que a sociedade civil encontrou no contexto das décadas de 60 e 70 do Século XX. Para um novo contexto, novas respostas.

A PASSIVIDADE DO CONSUMISMO: OS JOVENS EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO

Costuma-se encarar os jovens como portadores de uma rebeldia intrínseca à sua faixa etária. No entanto, por mais que a transição entre a infância e a vida adulta seja marcada por conflitos, contradições e dúvidas, a rebeldia juvenil, enquanto fato social, pode ser situada historicamente. Ao se reportar aos jovens dos anos 60, vale lembrar que, nessa época, o mundo vivia uma cena bipolar na geopolítica internacional, tendo, por um lado, o bloco capitalista capitaneado pelos Estados Unidos e, por outro, o bloco socialista da União Soviética. É verdade que a ideologia socialista já estava maculada pelas denúncias de Kruschew sobre os crimes de Stálin, mas a bipolaridade, ainda assim, criava um clima social em que se percebiam alternativas ao sistema capitalista. E nos países centrais do capitalismo havia a vigência do Estado de Bem-Estar Social, nos quais este se portava como guardião de diversos direitos coletivos (HOBSBAWN, 2005). Mas os jovens contestadores dos anos 60, mais do que socialistas, poderiam ser identificados como anti-capitalistas, como atesta o maio de 1968, notadamente na França, quando os jovens protestavam contra todo tipo de guerra, reivindicavam liberdade e promoviam uma revolução sexual, sem se subordinarem ao Partido Comunista, que a essa época já assumia uma postura reformista e burocrática (HOBSBAWN, 2005). Deve-se pontuar, também, que a cultura jovem de contestação, mesmo naquele momento histórico, não era generalizada, já que parte numericamente significativa da juventude vivia mantendo certa distância do estereótipo de jovem rebelde. O que marcou a década, isso sim, foi o choque cultural provocado por uma vanguarda juvenil mais ou menos numerosa e organizada coletivamente em “tribos”. Choque, este, devido à discrepância entre a estrutura social dominante e os comportamentos alternativos de parte dos jo-

vens, o que acabou abalando as formas tradicionais de percepção do mundo, possibilitando reconfigurações sociais *a posteriori*.

Nesse mesmo período, o Brasil vivia uma situação bem diferente da Europa ocidental. Enquanto esta vivia uma efervescência em sua democracia liberal com protestos da classe trabalhadora organizada, do movimento socialista e da juventude da contra-cultura, o Brasil vivia os anos de chumbo da ditadura militar. O ano de 1968, por exemplo, é considerado o marco dos protestos juvenis no mundo à época da revolução sexual e cultural, mas no Brasil este ano foi marcado pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), um dispositivo autoritário que reforçou os poderes discricionários do regime militar (BENEVIDES, 2006). Contudo, os efeitos da contra-cultura também se faziam sentir por aqui: o movimento hippie crescia; o rock'n'roll se popularizava, principalmente a partir do Festival de Woodstock em 1969; o movimento feminista conquistava espaços de liberdade e os estudantes se movimentavam nas universidades, lendo autores existencialistas, como Sartre, por exemplo, e alguns deles ainda chegaram a se engajar em movimentos guerrilheiros, tanto urbanos quanto rurais. Esses comportamentos e atitudes juvenis citados demonstram que, a despeito da brutal repressão, os ecos da contestação da ordem vigente ressoaram também por aqui. E é isto que nos interessa neste artigo: demonstrar que a cultura política difusa dos anos 60 possibilitava e, talvez mais do que isso, incitava, a contestação da ordem social, cultural e política, mesmo em países, como o Brasil, marcados pelas especificidades da situação política da periferia do sistema capitalista. Nesse contexto, os jovens – enquanto atores sociais abertos à mudança – maximizavam os efeitos da cultura de época, bem como, ao mesmo tempo, não se contentavam com o mero comportamento reflexivo e assumiam a dianteira do processo contestatório.

O declínio brutal da utopia socialista, a partir da queda do Muro de Berlim (1989) e da dissolução da União Soviética (1991), foi acompanhado da ascensão da ideologia neoliberal³ que, a essa altura, não encontrava obstáculos suficientemente fortes para sua implementação, uma vez extinto o equilíbrio geopolítico que incitava o bloco capitalista a ceder contrapartidas à classe trabalhadora. Somou-se ao fator geopolítico a falência econômica de muitos sistemas de bem-estar, bem como a explosão das dívidas públicas nos países em desenvolvimento, como o Brasil dos últimos anos da ditadura militar (BATISTA, 1987). O neoliberalismo ascendeu, assim, advogando o Estado mínimo (em relação às políticas sociais) e o individualismo extremo sob a égide da lógica de mercado, desconstruindo a visão da coletividade, deixando o indivíduo a sós no mundo e estimulando a idéia de inserção social a partir do mérito individual e da competitividade com as outras pessoas.

Uma das maiores, mais profundas e contraditórias transformações na contemporaneidade, segundo Santos (1999), ocorreu e ainda ocorre na estrutura do Estado. O Século XX foi o século do Estado: logo no seu início, tanto os liberais mais tayloristas quanto os comunistas mais radicais perceberam a importância crucial desta instituição social para a regulação sócio-econômica-política. Os princípios capitalistas liberais do mercado livre e da mão invisível e os movimentos socialistas da classe trabalhadora que advogavam o fim do Estado continuaram a existir com muita força, ocasionando revoluções, contra-revoluções e convulsões sócio-políticas em variadas partes do mundo. Mas sempre coube ao Estado dar coesão ao complexo social. Com o advento do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais e o Estado desenvolvimentista na periferia capitalista, as próprias identidades subjetivas e coletivas passaram a ser formadas e conformadas a partir da legislação do trabalho e da rede de proteção social oriunda das lutas políticas no âmbito estatal. Com o declínio das utopias e dos regimes socialistas e do poder de contestação das classes trabalhadoras, o mercado passou a ser a principal força social a incidir suas demandas sobre o Estado, incitando-o a se auto-reformar no sentido do enxugamento de suas estruturas funcionais e de suas prerrogativas sócio-políticas, dando origem ao liberalismo contemporâneo, chamado neoliberalismo. Para Santos (1999), o Estado mínimo oriundo desse processo só é mínimo em relação às políticas sociais e engendra uma institucionalização da exclusão. Ao contrário da marca de inclusão do Século XX, no início deste século, é a exclusão que grassa.

O capitalismo global e o seu braço político, o consenso de Washington, desestruturaram os espaços nacionais de conflito e negociação, minaram a capacidade financeira e reguladora do Estado, ao mesmo tempo em que aumentaram a escala e a frequência dos riscos até ultrapassarem os limites de uma gestão racional viável. A articulação entre as três estratégias do Estado – acumulação, hegemonia e confiança – que presidem ao reformismo, entrou em processo de desagregação e foi paulatinamente substituída por uma outra lógica dominada inteiramente pela estratégia de acumulação. O Estado fraco que emerge só é fraco no nível das estratégias de hegemonia e confiança. No nível da estratégia de acumulação é mais forte do que nunca, na medida em que passa a competir ao Estado gerir e legitimar no espaço nacional as exigências do capitalismo global. Não se trata, pois, da crise do Estado em geral, mas da crise de um certo tipo de Estado. A força do Estado, que no período do reformismo consistiu na capacidade do Estado em promover interdependências não-mercantis, passou a consistir na capacidade do Estado em submeter todas as interdependências à lógica mercantil (SANTOS, 1999: 247).

E o mesmo autor acrescenta:

O período atual é de hegemonia do mercado. A lógica empresarial do lucro tem permeado áreas até agora poupadas, como educação, cultura, religião, administração pública, proteção social, produção e gestão de sentimentos, repulsas e impulsos (SANTOS, 1999: 257).

Assim, encontramos-nos hoje em uma época que, devido a sua indefinição, é quase sempre caracterizada como pós-algo: pós-moderna, pós-industrial, pós-ideologia, pós-política e até pós-tudo são rótulos conceituais que tentam dar conta da complexidade contemporânea. Marcos conceituais, valorativos e mesmo institucionais históricos perdem sua capacidade de dar uma coesão à sociedade, e a fluidez domina a vida social, dando lugar ao que Bauman (2000b), ao recusar os pós, chama de modernidade líquida. Identidades individuais e coletivas e instituições sociais estão, na contemporaneidade, sempre procurando se adaptar ao ritmo frenético de transformação e movimentação da vida social submissa ao mercado. Esse movimento global de reestruturação das sociabilidades afeta tanto a macro-estrutura quanto a vida cotidiana. É nesse contexto que, com todas as sociabilidades e interdependências sendo paulatinamente submetidas à lógica de mercado, o consumismo tende a ganhar força e espaço como estratégia econômica e valor social. O individualismo torna-se exacerbado e não permite a visão e valorização da esfera coletiva. A visão do outro como concorrente e obstáculo a ser transposto para a obtenção do sucesso pessoal mina o tecido de confiança e cooperação sobre o qual se sustenta a sociedade (LANIADO, 2001). Os indivíduos atomizados oriundos desse processo sócio-histórico perdem seus referentes coletivos e a angústia da solidão dentro da multidão domina a todos. A fragmentação torna-se regra e o indivíduo já não consegue responder politicamente às suas demandas, daí surgindo a passividade⁴ e a resignação ou, ainda, o hiperconformismo (BAUDRILLARD, 2004).

Nesse sentido, a juventude é extremamente afetada pela incerteza que domina a contemporaneidade, uma vez que já é definida, conforme Ribeiro (2004), como uma fase da vida, quando já se saiu da infância e ainda não se entrou na fase marcada pelas exigências do casamento, da paternidade e da produção; fase que desenha um espaço livre para a busca do próprio caminho e a contestação sistemática do que até hoje funcionou. Se antes, na conformação de suas identidades, os jovens entravam em conflito com estruturas sociais rígidas à qual contrapunham comportamentos alternativos, nos dias atuais os jovens entram em conflito com uma sociedade muito mais complexa em seus tecidos morais. Ante a incerteza da sua condição de jovem, o jovem encontra mais incertezas na sociedade.

Tomando emprestada a clássica interpretação de Marialice Foracchi (AUGUSTO, 2005), segundo a qual a juventude é considerada uma fase dramática da revelação do eu, essencial para a formação da pessoa, concluímos que, na sociedade ocidental moderna, a juventude é marcada pela incerteza. Essa fase de incertezas e dúvidas é, assim, funda-

mental para a escolha individual do rumo a ser tomado na vida, bem como, também, constitui um importante fenômeno social, pois uma proporção significativa da população está sempre nesse momento indeterminado de passagem. O que causa a angústia difusa hoje, então, não é em si a incerteza típica da juventude moderna, mas a colonização dessa incerteza pelo mercado, que encontrou neste estrato da população uma fonte de grandes lucros. A indeterminação juvenil que faz – ou fez – da juventude o principal emissor dos discursos alternativos⁵, tornou-se, também, um motivo para torná-la o principal destinatário das peças publicitárias. Daí que a própria cultura jovem, matriz da revolução cultural das décadas de 60 e 70, tenha sido paulatinamente incorporada à sociedade de consumo, dentro do movimento de submissão de todas as sociabilidades à lógica de mercado de que nos fala Santos (1999) e Baudrillard (2004). A cultura jovem dos dias de hoje manteve, ainda, a rebeldia engendrada da indefinição juvenil, mas metamorfoseou-a na cultura da “rebeldia passiva”, uma rebeldia controlada e instrumentalizada pelo mercado. Como nos explica Debord:

Para o capitalismo clássico, o tempo perdido é o tempo exterior à produção, à acumulação e à economia. Entretanto, por um artil inesperado, o capitalismo moderno necessita acrescentar o consumo, “elevar o nível de vida”. E dado que, ao mesmo tempo, as condições de produção, compartimentada e cronometrada até um grau extremo, se tornaram completamente insustentáveis, a moral que já abriu passagem na publicidade, na propaganda e em formas do espetáculo dominante, admite francamente que o tempo perdido é o tempo de trabalho, que já unicamente se justifica pelos diversos graus de lucro que procura, o qual permite comprar o repouso, o consumo, o tempo de ócio – ou seja, uma passividade quotidiana fabricada e controlada pelo capitalismo (DEBORD, 2006)

Daí que o “ser jovem” hoje esteja relacionado à “atitude” de comprar cds, roupas, tênis e telefones celulares que tiram fotos. Enquanto os jovens das décadas de 60 e 70 lutaram por uma revolução sexual que instituisse o reino do erotismo, nos dias de hoje encontramos o sexo fácil estimulado pelas indústrias cultural e do entretenimento. Grandes eventos são montados para oferecer a multidões de jovens de classe média e, às vezes, até aos de classes mais baixas, um entretenimento seguro, em áreas fechadas, com patrocínio de grandes indústrias de cerveja, preservativos, operadoras de telefonia celular etc. Os festivais musicais, como o Festival de Verão, e os camarotes do carnaval (para citar exemplos em Salvador), são paradigmáticos: uma fórmula comercial que se assemelha e, simultaneamente, se contrapõe ao famoso festival musical alternativo de Woodstock, Estados Unidos, em 1969. A juventude passou, ainda, a ser encarada como tipo estético ideal e registra-se uma corrida às técnicas de rejuvenescimento. O mercado e o consumismo desvirtuaram, desse modo, o caráter contestatário original da “cultura jovem”, que cedeu lugar a um estereótipo de juventude extremamente mercadológico (HOBBSAWN, 2005). Obviamente, a crítica tecida aqui não se dirige aos avanços tecnológicos em si, mas à colonização da sociedade pelo mercado por meio do consumo fetichizado de mercadorias (incluindo sensações e tecnologias).

Acrescente-se a tudo isso a enorme diversidade comportamental entre os jovens de uma mesma geração verificada hoje (que amplia o número de “tribos urbanas”) que, se por um lado, exprime um maior respeito a concepções e valores de caráter mais individual, por outro lado causa uma certa desconstrução da identidade coletiva juvenil. Daí que tenhamos hoje diversos e variados grupos juvenis, cada qual com uma identidade fluida a partir de efêmeros referenciais comuns (gostos e afinidades quaisquer). Devido à fluidez identitária é possível transitar entre os diversos grupos, até mesmo em busca de sensações agradáveis efêmeras, como bem exemplifica o caso dos jovens de classe média alta do Rio de Janeiro que “sobem o morro” em busca dos bailes funks onde drogas e sexo são oferecidos facilmente. A identificação desses jovens com a realidade do “morro”, porém, cessa quando a festa acaba. Schmidt (2001) anota, no entanto, que, apesar da fragmentação identitária, persistem fatores homogeneizadores, principalmente devido à cultura de massa, cujo principal instrumento é a mídia (a qual difunde não só

produtos, mas, também, valores, estilos de vida e orientações políticas). A diversidade das “tribos” jovens aparece, desse modo, dentro dos limites da cultura consumista e de massa.

Percebemos, assim, numa visão *a posteriori*, que desde metade do Século XX os jovens são disputados por duas forças importantes e mais ou menos polarizadas: por um lado, a idéia da revolução, que se coloca à esquerda dos partidos comunistas, tidos como acomodados e conservadores, e, por outro lado, a publicidade e o consumismo. Para Ribeiro (2004), Jean-Luc Godard sintetizou bem essas duas vias ao chamar, em seu filme *Made in USA*, os jovens parisienses dos anos 60 de “filhos de Marx e da Coca-Cola”. Na teoria, esses dois pólos se opõem, mas na realidade têm lugar inúmeras combinações. Se nos anos 60 isso era verdade, hoje, quando se nota uma vitória do consumo sobre a política da esquerda revolucionária, essa assertiva necessita de uma atualização. Talvez a idéia da banda brasileira de rock Legião Urbana de chamar a juventude dos anos noventa de “geração coca-cola”, retirando o nome de Marx da idéia de Godard, retrate melhor a realidade contemporânea. Tem-se traçada, assim, a imagem de uma luta histórica, iniciada na era fordista, entre os valores da rebeldia e da passividade. A vitória parece ter sido obtida pela passividade, por mais que não de forma definitiva nem, tampouco, total, pois a sociedade continua sendo palco de lutas e contestações dos mais variados tipos.

Encerramos esse tópico, então, afirmando que todas essas transformações sócio-históricas citadas acima foram determinantes para que a apatia política juvenil se tornasse regra nos dias atuais. Chegamos, desse modo, à idéia de que a posição pendular da juventude favorece tanto a emancipação como a subordinação, a depender da cultura política hegemônica. Daí que esta apatia juvenil seja acompanhada da apatia de maior parte da sociedade, pois há um difundido sentimento de impotência perante o modelo social que vem sendo construído, restando como alternativa, à primeira vista, apenas a adaptação a este. O declínio da esperança e da certeza de poder interferir na cena política é chamado por Schmidt (2001) de crise da eficácia política. Os efeitos dessa crise são catastróficos para a democracia, pois nesse cenário os jovens desacreditam a política como esfera de resolução dos conflitos sociais e passam a ser inseridos na sociedade, primordialmente, pelo consumo, sem passar por experiências de sociabilidade menos mercadológicas, logo em um momento em que estão formando suas concepções de mundo.

...E A REBELDIA EM BUSCA DE UMA NOVA UTOPIA: NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO JUVENIL E DESCRÉDITO DA VELHA POLÍTICA

Diversos fatores influenciam o comportamento político, se entendemos por tal, conforme Schmidt (2001), a ação do indivíduo em resposta a determinada situação política, incluindo a conduta (comportamento ativo) e a opinião (comportamento verbal). O comportamento supõe motivo (atitudes) e ocasião (situação) em um determinado contexto sócio-histórico. Schmidt nos alerta, porém, que a situação não causa a conduta, pois embora condicionado por fatores externos, o comportamento expressa a subjetividade do indivíduo. Daí que, a despeito do contexto de hiperconformismo, conforme posto por Baudrillard (2004), devido ao declínio das utopias libertárias, ainda há indivíduos e grupos de indivíduos que se mobilizam politicamente, conformando o engajamento cívico, uma das mais importantes virtudes da democracia substantiva, a que vai além da mera democracia representativa. Em outras palavras e utilizando os conceitos gramscianos, mesmo em um momento de incontestável hegemonia de determinada classe, sempre haverá ações contra-hegemônicas que buscam a criação de um campo sócio-político capaz de dar vazão a um novo bloco histórico. Assim, encontramos, hoje, uma grande contradição na política; por um lado, as ações conformistas de muitos atores sociais,

corroborando a apatia e resignação da cultura política pós-muro de Berlim, e por outro, as ações rebeldes de novos atores que surgem na cena política, para além da institucionalidade dos partidos e parlamentos, por meio dos novos movimentos sociais e do surgimento de organizações não-governamentais.

Tal contradição ocorre pelo fato de que, apesar da fragmentação e resignação políticas difusas, a sociedade é, ainda hoje, palco de conflitos das mais variadas origens, o que impulsiona protestos articulados por diferentes atores e devido às mais variadas demandas. Os descendentes de imigrantes na França queimando carros, estudantes e trabalhadores franceses protestando contra o Contrato do Primeiro Emprego, estudantes brasileiros (inclusive soteropolitanos) reivindicando melhorias nos sistemas de transporte coletivo público, estudantes chilenos reivindicando reformas no sistema educacional criado na ditadura de Pinochet são exemplos de que a esfera da política ainda resiste aos ataques da tecnicidade mercantil. Enquanto houver demandas econômicas, políticas e culturais a serem atendidas e registrarem-se altos índices de desigualdades sociais no mundo capitalista, podemos esperar respostas da sociedade civil, a despeito do fim da história proclamado por Fukuyama (2006). Então, apesar do cenário macro parecer desalentador para a participação política juvenil, Muxel (1997) conclui que os jovens de hoje não são tão apolíticos como pode parecer à primeira vista. O contexto de emergência dos novos movimentos sociais e do terceiro setor faz com que, para boa parte dos jovens, a política ainda seja o terreno propício para se empreender modificações estruturais e promover a igualdade social. O que muda é a forma de perceber a política, que deixa de ser considerada como um sistema meramente representativo a partir de eleições periódicas ou a tradicional militância partidária. O desejo latente de participação social e política faz crescer a participação de jovens em ações coletivas (movimentos sociais, trabalhos assistenciais voluntários e ONGs diversas⁶).

Melucci (1989) foca, por exemplo, a emergência dos novos movimentos sociais, novas formas de ação coletiva que surgiram em áreas anteriormente intocadas pelos conflitos sociais. Para esse autor, os movimentos são “sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites”. Os participantes na ação coletiva não são motivados apenas pela orientação econômica, calculando custos e benefícios da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade. Os conflitos sociais contemporâneos não são apenas políticos, pois eles afetam o sistema como um todo. As sociedades complexas não têm mais uma base econômica, mas se produzem por uma integração crescente das estruturas econômicas, políticas e culturais. Os conflitos sociais saem, assim, do tradicional sistema econômico-industrial para as áreas culturais: afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual. Daí a afirmação:

Os conflitos surgem naquelas áreas do sistema que estão ligadas aos investimentos informacionais e simbólicos mais intensivos. Os atores nestes conflitos não são mais distintos pela classe social, como grupos estáveis definidos por uma condição social e uma cultura específicas. Os atores nos conflitos são cada vez mais temporários e sua função é revelar os projetos, anunciar para a sociedade que existe um problema fundamental numa dada área. Eles têm uma crescente função simbólica. Não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema, mas por projetos simbólicos e culturais (MELUCCI, 1989: 59).

Por sua vez, Santos (1999) pontua a emergência do terceiro setor, que ocupa o espaço do Estado ausente e, dessa forma, corrobora, mesmo que involuntariamente, com o neoliberalismo. Mas traz também a demonstração de que uma nova sociabilidade é possível, para além da mercantil, bem como novas formas institucionais e organizativas práticas, por meio da atuação voluntarista das ONGs.

O terceiro setor não ressurgue num contexto de lutas sociais e políticas avançadas que procuram substituir o Estado-providência por formas de cooperação, solidariedade e participação mais desenvolvidas. Pelo contrário, ressurgue no

início de uma fase de retração de políticas progressistas. (...) De qualquer forma, a emergência do terceiro setor significa que, finalmente, o terceiro pilar da regulação social na modernidade, o princípio da comunidade, consegue desmontar a hegemonia que os outros dois pilares, o princípio do Estado e o do mercado, partilharam até agora (SANTOS, 1999: 252-255).

Além disso, uma prova contundente de que os conflitos sociais continuam a gerar respostas da sociedade civil é a organização e consolidação do Fórum Social Mundial⁷, no qual atores políticos contra-hegemônicos do mundo inteiro se reúnem para trocar experiências e expor demandas, sem impor uma hierarquia diretiva, e formulando princípios unificadores gerais em torno do lema “Outro mundo é possível”. O Fórum é, assim, um campo aglutinador das forças contestadoras e tenta combater a fragmentação oriunda do declínio das utopias libertárias. Dentre os participantes do Fórum destaca-se o grande número de jovens, o que demonstra vontade de participação e engajamento em formas alternativas e inovadoras de se fazer política – por mais que ainda restrita a uma pequena parcela da juventude.

No Brasil, o contexto do surgimento das novas formas de participação se torna perceptível devido à participação de jovens em ONGs, inclusive transnacionais (Greenpeace, WWF etc), e em movimentos sociais ambientalistas, em defesa do *software* livre, em defesa dos direitos humanos, pela democratização dos meios de comunicação, por exemplo. Gohn (1997) defende, inclusive, que as mudanças na cultura cívica têm ocorrido principalmente entre a juventude e setores das minorias culturais. A grande marca desta participação é o voluntariado, ou seja, ações pontuais e esporádicas em áreas da vida social que os atores enxergam como centrais e carentes da devida atenção.

Apesar da busca juvenil por uma nova política, a situação política intermediária (SCHMIDT, 2001) – o tempo histórico em transformação visível entre *o que é e o que será* – permite que ocorram mobilizações de massa do tipo (aparentemente) tradicional. Mische (1997) cita vários episódios da história recente do Brasil, sendo as campanhas das Diretas Já e o Fora Collor os principais. No segundo caso, majoritariamente juvenil, a “juventude dos shoppings centers” mobilizou-se em massa em torno da defesa da ética na política e promoveu intensas e gigantescas passeatas. Mais recentemente, em agosto de 2003, a cidade do Salvador viveu duas semanas de mobilizações de estudantes secundaristas que paralisaram a cidade contra o aumento das tarifas de transporte coletivo urbano. Em 2005, Florianópolis e Vitória viveram situações semelhantes e diversos confrontos com a polícia foram verificados. Em 2006, mais uma vez, Salvador registrou manifestações estudantis relacionadas ao sistema de transporte urbano, mas, desta vez, originadas devido à mudança de tecnologia do sistema operacional de meia-passageira. Esses exemplos demonstram que o recurso às mobilizações de massa não está descartado pela juventude, mesmo em um contexto de recuo das ações coletivas organizadas. No entanto, fato que demonstra a dificuldade de articulação das redes tradicionais do movimento estudantil é o caráter espontâneo da participação dos estudantes nesses movimentos, o que dificulta a organização sistemática de mobilizações. Pode-se citar o exemplo das mobilizações dos estudantes em Salvador em 2003, que apesar de terem sido originadas por entidades estudantis (UNE, UBES, DCEs, D.As, Grêmios etc) acabaram crescendo vertiginosamente e escaparam do controle político destas. Muitos estudantes, inclusive, eram contrários à participação das entidades nas manifestações e se recusavam a legitimá-las como interlocutoras da categoria frente ao poder público. Os partidos políticos e entidades estudantis que tomam parte nessas mobilizações de massa se vêem, dessa maneira, obrigados a adaptarem-se às novas demandas. Como não é fácil promover tal adaptação, essas organizações políticas têm seu espaço político diminuído. A aparente convencionalidade dessas mobilizações esconde, assim, uma nova forma de se fazer protestos sociais, pois há uma forte ênfase na horizontalidade das relações no interior das mesmas, ao contrário das rígidas estruturas hierárquicas presentes na esquerda tradicional.

De qualquer forma, os jovens parecem não acreditar mais em rupturas ideológicas ou modificações na macro-estrutura. A estratégia utilizada é a dos “pequenos passos” (MUXEL, 1997), em que as pequenas atitudes, visando ao bem comum, são revestidas de um potencial transformador. Tal descrença em transformações estruturais ou em projetos políticos revolucionários do tipo marxista, contudo, não se deve à aceitação de que a sociedade neoliberal, além de inevitável, é o melhor sistema social, como pensa Fukuyama (2006). Os conflitos recorrentes e as novas respostas políticas aqui citadas demonstram a insatisfação de grande parte da população a este modelo sócio-econômico-político. No entanto, a vitória do capital sobre os projetos emancipatórios do Século XX é inequívoca. Os novos movimentos sociais e o retorno ao engajamento no início do século XXI se deparam, assim, com um contexto adverso. Diante da lembrança social do choque vivido na era dos extremos – o Século XX – entre utopia e realidade (HOBSBAWN, 2005), as pautas reivindicadas surgem, agora, com uma maior modéstia. Mas, em geral, os movimentos políticos da contemporaneidade também almejam um ideal mais amplo, ainda que a nova utopia esteja em construção. Daí o genérico, mas esclarecedor, lema do Fórum Social Mundial: “Outro mundo é possível!”.

Assim, os jovens engajados dos dias atuais buscam uma nova política, que se contraponha tanto à (des)ordem neoliberal quanto às formas tradicionais da esquerda ortodoxa. Muxel (1997) argumenta que o descrédito quase unânime às formas tradicionais de se fazer política se deve, em grande parte, à decepção popular em relação a governos de esquerda que, ao galgarem o poder, acabam aplicando as mesmas políticas que antes combatiam, o que acaba promovendo uma indiferenciação entre os clássicos rótulos de direita e esquerda. Apesar de se referirem ao contexto francês do governo do socialista François Mitterrand, as considerações de Muxel são perfeitamente aplicáveis para o contexto brasileiro atual, no qual o partido do presidente Lula – o PT, Partido dos Trabalhadores – se viu cercado por denúncias de corrupção e compra de apoio de parlamentares. O PT foi durante toda a sua trajetória um histórico defensor da ética na política e principal representante da esquerda brasileira. Talvez se possa afirmar, pela inferência empírica e por pesquisas publicadas em revistas semanais nacionais, que tais fatos contribuem para que os jovens que acreditaram na candidatura de Lula como uma possibilidade de mudanças estruturais na sociedade sintam-se enganados e impotentes⁸.

Mas Muxel (1997) vai além. Para essa autora, os políticos não são suficientemente próximos dos problemas concretos das pessoas e são incapazes de, até mesmo, compreender os sentimentos da população. O show político – oriundo das propagandas midiáticas, das pesquisas de opinião e do marketing político – distanciam povo e parlamentar, criando uma impressão de confusão. Nesse cenário, o cotidiano das pessoas se dá fora da política e esta, por sua vez, fecha-se em si mesma, vivendo de sua própria lógica. Os jovens buscam, então, um novo repertório político, isento de rótulos e eficaz, capaz de conciliar os limites impostos pela realidade com as demandas sociais. Em relação às conseqüências para o sistema representativo, essa nova postura desacredita as eleições, enxergando-as como um acontecimento incapaz de mudar a situação. Possíveis resultados disso são a arbitragem do voto a partir das circunstâncias e das condições de vida pessoais (voto utilitário) e a anulação do voto.

Nesse sentido, percebe-se a complexidade da situação, apontada por Schmidt (2001) como intermediária, no plano teórico, pois mescla o individualismo pragmático da cultura política hegemônica com ideais, ainda e até certo ponto, coletivos, o que possibilita o surgimento de novas respostas políticas da sociedade civil. No entanto, muitos desses ideais juvenis em busca da nova política e de um mundo melhor não têm encontrado meios de se tornar realidade. Os jovens que um dia acreditaram e lutaram por mudanças sociais quando eram estudantes na escola ou na universidade, então, em determinada altura de suas vidas, acabam cuidando de seus destinos pessoais e procurando garantir sua inserção no disputado mercado de trabalho (MARTINS, 1997).

CONCLUSÃO

Podemos concluir, assim, que a juventude não passou da combatividade dos anos 60 do século XX para a passividade dos 90 e início do Século XXI por acaso. Tal reconfiguração das concepções de mundo e das atitudes e comportamentos juvenis decorreu de um processo histórico complexo e repleto de nuances que culminou com o advento da sociedade lastreada na ideologia do neoliberalismo e do consumismo de massa. Assim mesmo, a falta de interesse e participação dos jovens deve ser relativizada, pois persistem mobilizações juvenis coletivas e individuais (aumenta a participação política dos jovens por meios heterodoxos e uma parcela da juventude continua participando das formas tradicionais do movimento estudantil e da política em geral). O ponto principal para se tecer críticas à juventude contemporânea parece ser a perda paulatina do sentimento de coletividade. Mas mesmo isso se dá em um determinado contexto, que não pode ser desconsiderado, de estímulo à competitividade, ao individualismo extremo e ao mérito individual como requisitos fundamentais da socialização. Possível, e mesmo provável, resultado desse processo é a centralidade social da reciprocidade negativa, tal como Laniado (2001: 230) explicou a idéia de Sahlins: “trocas centradas na defesa do interesse próprio”.

A configuração sócio-política da contemporaneidade é, assim, ambígua. De um lado, o neoliberalismo avança desconstruindo sociabilidades mais comunitárias e estimulando a tecnocracia, a meritocracia individualista, o individualismo exacerbado, a despolitização e o consumismo de massa. Mas, por outro lado, surgem novos movimentos sociais, ONGs e novas formas de engajamento, para além das classes, e que reivindicam um novo mundo, mais justo e humano, a partir da ação direta dos atores sociais. É esta realidade que os jovens tem encarado e é a partir dela que formam suas concepções de mundo. Assim, necessariamente, muitos dos elementos negativos da realidade atual que marcam a sociedade estarão presentes nos jovens, mas, por outro lado, a conjuntura complexa os tem levado a buscar e construir novas soluções a partir de uma renovada criatividade política. O *que será* é aberto e decorrerá da dinâmica social construída na ambigüidade presente na contemporaneidade, simbolizada nos dois pólos ideais-típicos da apatia massiva e da rebeldia ansiosa por um mundo melhor e mais justo. Enquanto isso, entre *o que foi* e *o que será* acabamos por nos localizar na ambigüidade angustiante do que *está sendo*.

NOTAS

* Graduando do curso de Ciências Sociais da UFBA / Bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais (NEPOL) da Escola de Administração, onde trabalha com as temáticas de terceiro setor, movimentos sociais e comportamento juvenil / Orientação: Prof^{ra}. Ruthy Nadia Laniado / E-mail: felippejoplin@hotmail.com

¹ Citação retirada do sítio: <http://www.consciencia.net/> no dia 08/08/2006.

² Obviamente a relação tempo-comportamento não é mecânica e sempre existem manifestações sociais coletivas e/ou individuais que destoam do comportamento esperado em determinado contexto. Como exemplo, podemos citar as próprias ações políticas contestatórias. Quando esses “comportamentos desviantes” se tornam hegemônicos, em decorrência de um processo sócio-político de múltiplas causas, temos, então, uma reconfiguração social. Mas para compreendermos a apatia política juvenil nos dias atuais privilegiamos aqui os limites e incitamentos estruturais a essas ações.

³ Ideologia no sentido gramsciano, enquanto concepção total de mundo – econômica, social e política.

⁴ Passividade política, leia-se. Entendendo por tal a rejeição da política, como citada por Bauman (2000a), e a perda paulatina da capacidade dos indivíduos e grupos de responder consciente e organizadamente às demandas sociais. Como já mencionado, a passividade nunca é total e os indivíduos e grupos sociais sempre mantêm a capacidade de responder de uma forma ou de outra, conscientemente ou não, legitimamente ou não, democraticamente ou não. Baudrillard (2004) cita os exemplos do terrorismo e da violência. Mas aqui tratamos de formas cívicas, pautadas no diálogo e em projetos políticos, de se responder aos desafios contemporâneos.

⁵ Com Ribeiro (2004) aprendemos, contudo, que nem todas as juventudes foram marcadas ao longo da história pela disposição a contestar o mundo em que nasceram. Esse fenômeno é eminentemente moderno e se estende desde o período da Revolução Francesa. A sensação ao longo do Século XIX era que cada vez mais havia uma oposição entre o novo (liberdade, democracia) e o antigo (servidão, preconceito). Desde então, a juventude tem sido um valor importante. Contudo, no século XVIII, a nobreza usava perucas empoadas – isto é, os jovens faziam-se de velhos, portando desde cedo cabelos brancos; a partir da Revolução Francesa, contudo, ser moço passa a ser algo positivo. Ora, se para ser feliz é preciso que coincidam nossos desejos com a realidade, o que desde 1789 se tentará é não mais desistir dos desejos, mas modificar o mundo (RIBEIRO, 2004: 23). A invenção e a inovação passam, assim, a ser prezadas e, com elas, a juventude, parcela da população que parecia materializar satisfatoriamente os valores sociais emergentes. Ribeiro (2004) acrescenta: “daí que fazer a revolução tenha sido, durante boa parte do Século XX, uma das grandes ‘vocações’ dos jovens”.

⁶ O que Dagnino (2004) adverte é que esse projeto participativo, ao ascender num contexto de hegemonia neoliberal, pode acabar sendo instrumentalizado por uma elite política dominante que advoga o Estado mínimo, em que caberia às ONGs assumir funções sociais do Estado ausente. Assim acontecendo, o projeto participativo corroboraria, involuntariamente, com o neoliberalismo, e não se colocaria como uma alternativa a este.

⁷ O fato de o Fórum ter sido gestado e realizado suas três primeiras edições no Brasil demonstra a especificidade do contexto político nacional, bem como da América Latina. No entanto, este artigo se limita a discutir aspectos dos valores de cultura política que parecem ser mais universais no capitalismo contemporâneo. Uma pesquisa mais aprofundada deve levar em consideração as especificidades da política latino-americana atual, que apresenta uma ascensão da esquerda. Ademais, o próprio valor do consumismo contemporâneo assume aqui um aspecto diferenciado, uma vez que o Brasil detém um grande contingente de pessoas inaptas a consumir devido à baixa renda. Fato que, contudo, não impede o consumismo de predominar enquanto valor difuso, o que engendra uma novidade que poderíamos chamar de “consumismo sem consumo”.

⁸ Duas ponderações: a) deve-se ressaltar, contudo, que a hipótese de que o presidente Lula sabia que assessores seus estavam envolvidos em esquemas de corrupção não foi comprovada até o presente momento, e b) apesar das limitações estruturais impostas, a aplicação de programas conservadores por parte de governos eleitos com o rótulo de esquerda não são, de modo algum, conseqüências necessárias, mas, em grande medida, fruto de opções políticas.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo social* [online]. nov. 2005, vol.17, no.2, p.11-33. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702005000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09/05/2006.

BATISTA, Jorge Chami. A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 7, n. 2, p. 66-80, abr./jun. 1987.

- BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. SP: Brasiliense, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. RJ: Jorge Zahar: 2000a.
- BAUMAN, Zygmunt. *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press. 2000b
- BENEVIDES, Silvio César Oliveira. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*. SP: Annablume, 2006.
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. In: Política & Sociedade. *Revista de Sociologia Política*, n. 5, out./2004.
- DEBORD, Guy. *Perspectivas da transformação consciente da vida cotidiana*. Disponível em: <http://www.rizoma.net/interna.php?id=146&secao=potlatch>. Acesso em: 08/08/2006.
- FUKUYAMA, Francis. *After the end of history*. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/debates/article.jsp?id=3&debatelid=137&articleid=3496>. Acesso em: 07/08/2006.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. SP: Edições Loyola, 1997.
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve Século XX (1914-1991)*. SP: Companhia das Letras. 2005.
- LANIADO, Ruthy Nadia. Troca e reciprocidade no campo da cultura política. *Sociedade e Estado*, vol. XVI, nº 1-2, jan/dez 2001.
- MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O jovem no mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Educação*. nº 5. Set/Out/Nov/Dez 1997.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*. Jun/ 89, nº17.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*. n.5. Mai/Jun/Jul/Ago 1997.
- MUXEL, Anne. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem rótulos. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 1997, nº 5.
- RIBEIRO, Renato Janine. Política e Juventude: o que fica da energia. In: *Juventude e Sociedade*. NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (Orgs.) SP: Fundação Perseu Abramo. 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: *Sociedade e estado em transformação*. Bresser Pereira, Jorge Wilhelm e Lourdes Sala (orgs.). SP: UNESP. 1999.
- SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2001.